

**AO JUÍZO ESTADUAL DO _____ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE
COMARCA DE RIO BRANCO/AC**

PABLO THIAGO MATIAS DE SOUZA, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 1021525-5 - SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob nº 005.556.372-47, residente e domiciliado Travessa Itamaraty, 95, João Eduardo II, CEP: 69911-528, Rio Branco/AC, neste ato representado por seu bastante procurador, com base no incluso instrumento de mandato, veem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com afincos na Lei Federal nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, ajuizar a presente:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS PESSOAIS

em desfavor da pessoa jurídica de direito privado, **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, podendo ser localizada à Rua da Assembleia, 100, 26º andar, Centro, CEP: 20011-904, Rio de Janeiro/RJ, com base nos argumentos a seguir aduzidos.

I – DA LEGITIMIDADE

O Requerente acima qualificado era filho de Elizangela da Silva Matias, ora pessoa vítima de acidente de trânsito, nos termos da ‘Certidão de Óbito’ no anexo.

Ainda com base na referida Certidão, a *de cujus* deixou dois filhos maiores e um companheiro, o Sr. Glaucio da Silva Souza, o qual já recebeu a sua parte do seguro pleiteado.

No caso dos demais filhos, um deles está recolhido preso no Complexo Penitenciário de Rio Branco, motivo pelo qual resta ao Requerente pleitear a indenização que lhe cabe o seu quinhão.

Portanto, herdeiro necessário para fins de recebimento do seguro obrigatório pessoal em tela.

II – DOS FATOS

No dia 17 de janeiro de 2019, por volta das 14h30min, ao trafegar na Rua Rio de Janeiro na ‘garupa’ de uma motocicleta, a *de cujus* Elisangela da Silva Matias foi vítima de acidente de trânsito, vindo ao óbito momentos depois.

Conforme Certidão de Óbito que será colacionada aos autos, a vítima sofrera traumatismo craniano encefálico e raquimedular, proveniente do acidente de trânsito sofrido, devidamente atestado pelo médico legista, Dr. Paulo Jesus César – CRM 795/AC.

Pois bem. Diante do fato em comento, decorre o direito dos Requerentes em pleitear a indenização obrigatória de danos pessoais vítimas de acidentes causados por veículos automotores, nos termos da Lei Federal nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

III – DO DIREITO

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT é regulado pela Lei 6.194/74, alterada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09. Singelamente, qualquer vítima de acidente de trânsito tem o direito de receber a indenização desde que comprove o nexo causal entre o evento e a seqüela permanente no segmento afetado.

Os recursos do seguro DPVAT são financiados por todo proprietário de veículo automotor, recolhido anualmente em conjunto com o licenciamento. No entanto, para a pessoa ser beneficiária da indenização, seja por danos pessoais ou despesas médicas, não é necessário que ela seja contribuinte.

A indenização é devida a toda a vítima de acidente de trânsito, mesmo que o veículo envolvido não seja identificado, bastando a prova do fato (através de documentos hospitalares, boletim de ocorrência e etc) e da sua lesão (necessariamente de caráter irreversível), e se houver, prova das despesas médicas.

De acordo com o art. 206, § 3º, IX do Código Civil o prazo prescricional para pleitear a indenização é de 3 (três anos). O dispositivo deve ser interpretado em conjunto da súm. 278 do Superior Tribunal de Justiça: O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.

Neste aspecto, dispõe o art. 3º, da Lei Federal nº 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte”

Com base no art. 4º da referida lei, **“a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil”**.

A *de cujus* deixou 02 (dois) filhos maiores de idade, os quais devidamente qualificados neste processo, pleiteiam a reparação que lhes é devida.

Por derradeiro, a despeito das provas que deverão apresentar para a obtenção da aludida indenização, nos termos do art. 5º, “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente...”.

IV – DOS PROVIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, requer que Vossa Excelência se digne a:

- a) **Preliminarmente, seja concedida ao Requerente os benefícios da gratuidade da justiça;**
- b) **Citar e intimar a Requerida para, querendo, apresentar resposta no prazo legal e/ou efetuar o pagamento da indenização a que faz jus o Requerente, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), ora herdeiros da *de cujus*, em conta judicial remunerada, ante a inexistência de controvérsia da causa;**
- c) **A condenação da Requerida a pagar em favor do Requerente o valor a título de indenização por acidente de trânsito, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em que veio a óbito a genitora deste, nos termos da Lei Federal nº 6.194/74;**
- d) **Para fins de correção, requer seja considerada a data do evento danoso;**
- e) **Por derradeiro, requer que as intimações sejam realizadas em nome do advogado que ao final assina, sob pena de nulidade.**

Protesta provar o alegado sob todos os meios de provas admitidas no ordenamento jurídico pátrio.

Dá-se à causa o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Aguarda deferimento.

Rio Branco/AC, 02 de outubro de 2019.

Rafael Vieira da Silva
OAB/AC 4.262